



ACÓRDÃO Nº584/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11098/2014.**
- 2- **Assunto:** Embargos de Declaração.
- 3- **Embargante:** Francisco Costa dos Santos.
- 4- **Advogado:** Ana Lúcia Salazar de Sousa - OAB/AM 7.173, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6.975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4.331, Paulo Victor Vieira da Rocha - OAB/AM 540-A, Leandro Souza Benevides - OAB/AM 491-A, Bruno Giotto Gavinho Frota - OAB/AM 4.514, Livia Rocha Brito - OAB/AM 6.474 e Pedro de Araújo Ribeiro - OAB/AM 6.935.
- 5- **Procurador oficiante do processo:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 6- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Embargos de Declaração.

Conhecimento. Não Provimto.

7- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 7.1. **Conhecer** os Embargos de Declaração com efeitos infringentes interpostos pelo **Sr. Francisco Costa dos Santos**, Prefeito do Município de Carauari, exercício 2013, por intermédio de seus Advogados devidamente constituídos, em face do Acórdão n.º 13/2019 – TCE – Tribunal Pleno, em razão do preenchimento dos requisitos estabelecidos no art. 63, §1º da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 148, §1º da Resolução n.º 04/02 – RI-TCE/AM;
- 7.2. **Negar Provimto** aos Embargos de Declaração com efeitos infringentes interpostos pelo **Sr. Francisco Costa dos Santos**, Prefeito do Município de Carauari, exercício 2013, por intermédio de seus Advogados devidamente constituídos, em face do Acórdão n.º 13/2019 – TCE – Tribunal Pleno, em razão de não ter restado demonstrada a omissão alegada.

8- **Ata:** 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

9- **Data da Sessão:** 16 de Julho de 2019.

10- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho, de Mello (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº584/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

11- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza,
Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente, em substituição

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral